

Um olhar sobre ao modo de habitação dos paulistanos na Vila Industrial.

Célia Maíra da S. Estrella^{1*}

RESUMO

A questão central deste trabalho é o estudo da urbanização da Vila Industrial, que integra a formação do conglomerado suburbano de sudeste na cidade de São Paulo. Esse processo ocorreu no período compreendido entre 1951 e 1964.

Essa vila foi formada graças às ações conjuntas dos seus moradores que, solidariamente, promoveram sua habitabilidade ao construir suas casas e lutar pela implantação dos serviços de consumo público junto à Prefeitura Municipal de São Paulo.

As soluções encontradas por esses trabalhadores, permitem olhar as formas de habitação popular e de configuração da metrópole brasileira.

Palavras-chave: urbanização, moradia, participação popular.

ABSTRACT

This paper focus on the study of the urbanisation of Vila Industrial which is part of the Southeast suburban complex, situated in the district of Vila Prudente, in the city of São Paulo. It happened within the period between 1951 and 1964.

This village was created due to the actions of its inhabitants who, with solidarity, promoted its habitability when they constructed their houses and struggled for the implementation of public services by the São Paulo City Hall.

The solutions found by these workers allow us to have a view on the ways of popular habitation and on the configuration of the Brazilian metropolis.

Key words: Urbanisation, habitation, popular participation.

A construção das casas da "Vila Industrial"

As moradias que configuraram as vilas da periferia do sudeste paulistano, inicialmente conhecidas como "Vilas Reunidas", hoje denominadas "Vila Industrial", foram construídas por iniciativa dos próprios compradores dos lotes de forma idêntica: a cercadura do terreno, raramente com arame farpado, a maioria das vezes com ripas produzidas artesanalmente, de madeira extraída na região.

Assim perfuraram o poço e edificaram, geralmente ao fundo, um único cômodo de piso de tijolo ou cimento, com portas e janelas de madeira, fechadas por frágeis tramelas.

Esse cômodo — paródia do "fogo"—, a casa colonial brasileira, era composto do

¹ Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Universidade Cruzeiro do Sul em São Paulo.

quarto e da cozinha, epicentro das funções domésticas, aqui reduzido a um arremedo do núcleo cultural das moradias coloniais.

Do lado de fora, o banheiro não tinha encanamento, nem chuveiro, e o sanitário constituía-se em um buraco no chão, com uma tábua por cima, ligado diretamente à fossa.

O material empregado podia ser a madeira, ou a alvenaria. O barro natural, abundante e gratuito da região, servia como massa para o assentamento dos blocos, às vezes, produzidos apenas com o auxílio de uma pá e uma forma de madeira, no âmbito familiar.

A pretensão de todos entrevistados, ao erguerem as suas casas era a de se ajeitar até a construção da casa ideal, tão sonhada, para a qual se deixava um local reservado, na frente do lote, na expectativa de sua concretização.

"Começar a casa" significava que aumentariam esse embrião, com os "puxadinhos,"² para melhor acomodação da família, em crescimento, seja pelo aumento do número dos filhos, ou seja pela chegada dos parentes retardatários, também em busca de trabalho, contando com a ajuda daqueles que já estavam instalados na metrópole.

Por isso, dentre as soluções espaciais apresentadas, a mais comum era a do enfileiramento da planta no sentido transversal ou paralelo ao eixo principal do lote, que assim facilitaria os movimentos de ampliação da área construída, à medida que as condições financeiras tornassem possível a compra de material necessário.

Desse modo, ficava garantida a comunicação interna entre todos cômodos, sem alterações estruturais nos telhados, nos quais se poderiam acoplar outras "águas".

É preciso esclarecer que para alguns compradores do loteamento da Vila Industrial foi necessário subdividir ou vender o lote, repassando-o para algum conhecido ou parente para honrar as prestações do banco.

Observa-se que a autoconstrução garantiu a feitura da casa. Raras vezes ocorreu o recurso à ajuda de um profissional da área da construção, que era entendido ou "curioso" conhecido na região, que exercia o papel de orientador das técnicas de perfuração do poço, da fossa, ou da armação do telhado.

Toda a família se envolvia nesta construção. Durante a semana, a mulher, — dentre as poucas que não trabalhavam fora — os filhos e os agregados, assim que se desincumbissem de suas tarefas rotineiras, executavam muitos dos trabalhos para adiantar a obra. Limpavam o terreno, acompanhavam o transporte do material, carregavam a massa, colocavam os blocos e

² A construção dos "puxadinhos" constituiu uma das práticas mais comuns na ampliação das casas da Vila Industrial. Era só erguer as paredes e colocar mais uma "água" no telhado. Os alicerces da casa embrião suportavam a nova estrutura de rasas fundações.

os balaústres nas formas, misturavam o cimento, jogavam e assentavam os tijolos na subida das paredes.

Quando o marido ou o homem mais velho, retornava do trabalho, enquanto houvesse luz natural, ultimava a etapa que tinha sido planejada para ser executada naquele dia junto com todos os familiares, ansiosos para se instalarem em suas casas, pois se encontravam acampados em barracos de madeira fragilmente erguidos em parte do terreno, ou em cômodos cedidos solidariamente.

Embora precárias essas alternativas foram viáveis para muitos dos primeiros moradores da Vila Industrial, pois lhes asseguravam um teto, como forma de se livrarem da justaposição das prestações dos terrenos aos aluguéis que pagavam nos casebres ou cortiços, sem arejamento e ventilação, localizados nos bairros operários mais antigos e centrais da cidade de São Paulo, como o Ipiranga, o Brás e a Mooca, ou mesmo Utinga, em Santo André.

A proliferação dessas sub-moradias pode ser atribuída, em parte, à aprovação da Lei dos Congelamentos dos Aluguéis, que desestimulou os investimentos no setor, provocando a escassez da oferta dos imóveis que não abrigava a demanda criada pelos intensos fluxos migratórios dos trabalhadores, sem condições de arcarem com sempre crescentes aluguéis.

Por essas razões, havia urgência em driblar as maiores dificuldades para a rápida conclusão da obra, que se concentravam nas fases cruciais de levantar as estruturas de concreto, produzidas artesanalmente, e de fazer as lajes desses embriões, mais comuns do que a cobertura de telhas de barro, — que os assemelhavam " a casas pobres de roça³.

O uso da laje, em substituição às telhas de barro, disseminou-se como resposta ao aumento do preço da madeira, usada na montagem da estrutura do telhado, apesar dos problemas térmicos que promovia.

Além disso, esse uso impunha o trabalho coletivo, pois era de conhecimento de todos que o pequeno número de braços disponíveis e capacitados na família para "encher" uma laje implicaria um trabalho que demandaria vários dias. Tal fato promoveria a ocorrência de futuros e prejudiciais vazamentos nas emendas, resultantes das emendas provocadas pelas diferentes fases de secagem.

Daí a necessidade de se recorrer ao auxílio dos parentes, vizinhos e colegas de trabalho para, num dia de folga geral, — o Domingo — completarem a cobertura da casa, com segurança.

³ As lajes pré-fabricadas, segundo Ermínia Maricato, tinham menor preço e maior facilidade na manipulação. Entretanto o uso disseminado delas, sem nenhum outro tipo de impermeabilização, causava o mesmo tipo de desconforto ambiental mencionado a respeito dos blocos artesanais.

Depois de abrigada neste arcabouço básico, na maioria das vezes sem forro ou quaisquer outros complementos ou acabamentos, a família defrontava-se com outras dificuldades quotidianas então apresentadas: inexistência de asfalto, calçamento, ônibus, água encanada e sem energia elétrica, as condições de vida convertiam-se em exercícios de paciência e determinação no interior e exterior das moradas da "Vila Industrial".

Interessa notar que os relatos das soluções encontradas pelos moradores, sobre as práticas do "mutirão de fim de semana" e da autoconstrução permitem verificar congruências com as hipóteses formuladas por Carlos Lemos da FAUUSP, para o seu projeto de pesquisa sobre as casas populares na periferia de São Paulo, em 1964, e confirmadas no seu relatório final.

Dentre essas congruências, observam-se:

- (1) - ocupação horizontal do bairro periférico com topografia acidentada;
- (2) - a forma retangular (estreita e comprida) e as dimensões dos terrenos, medindo, na maioria das vezes, até 10(dez) metros de frente e 20 (vinte) de fundo;
- (3) - as taxas de ocupação e as áreas de projeção(LEMOS,1977;12-16);⁴
- (4) - as diferentes categorias de construção com maior proporção de casas com 1 ou 2 cômodos;
- (5) - a preponderância do tamanho da cozinha, em relação à casa, dada a sua importância como o espaço "onde as famílias vivem, tomam as refeições, e onde as crianças fazem as lições escolares";
- (6) - a inexistência de água encanada, obrigando os habitantes da casa à circulação externa para a coleta da água nos poços artesianos;
- (7) - a incidência do uso da fossa negra;
- (8) - o uso do barro para o assentamento, e de tijolos e telhas produzidos em olarias rústicas, quase artesanais;
- (9) - a compra de materiais de preço mais baixo e de qualidade inferior, como os blocos e as lajes;
- (10) - a ausência da luz elétrica;
- (11) - a precariedade dos serviços de transporte.

O cotejamento desses dados permite aferir que estes agentes modeladores do espaço urbano, em suas práticas, criaram ou adaptaram princípios ativos, dentro do seu universo de possibilidades, e marcaram com seus costumes e linguagens o feitio dos lugares de convívio

⁴ T.O.= área total dividida pela área do lote. C.A.= área de projeção(geralmente térreo ou a cobertura) dividida pela área do lote.

na sociedade.

Tais princípios foram realizados com o uso de técnicas tradicionais e limitados recursos, verificadas as condições em que ocorreu a sua reprodução, expressos na configuração de um *lugar pobre*, localizado na periferia de *São Paulo*, moldado — *como* denominou Ermínia Maricato,— na *arquitetura possível*.(MARICATO,1982 ;87)

O "Ajutório" na construção das casas da Vila Industrial

A arquitetura dos embriões da maioria das moradias construídas na periferia paulistana concretizou-se pela conjunção dos processos de trabalho reconhecidos, pelos especialistas em habitação popular, como *mutirão de fim de semana*, *ajuda mútua* e *autoconstrução*.

Nos loteamentos em questão essa conjunção recebeu, de seus dos antigos moradores, o nome *ajutório* como estratégia para concretizar o sonho da *casa própria*, embora sua localização em uma área sem nenhuma infra-estrutura urbana, tenha se convertido em um pesadelo que colocava construção da casa acima das suas forças. Não bastava apenas erguê-la. Era preciso construir o bairro para garantir a habitabilidade, mesmo com os poucos recursos de que dispunham.

Conscientes disso saíram da intimidade doméstica para o encontro com vizinhos em idêntica situação. Verificaram, então, com quais podiam contar para a concretização dos seus sonhos, que se resumiam na instalação de suas famílias.

Esse movimento reverberou pelas vilas e desencadeou um processo, calcado nas discussões e deliberações do coletivo dos moradores de ajuda mútua, que possibilitou a consecução dos seus objetivos. E, em consequência, as reuniões para examinar e resolver os problemas de construção tanto das casas como das vilas tornaram-se freqüentes.

Tais movimentos podem-se creditar à origem desses moradores das vilas, migrantes do interior de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste, onde as táticas cooperativas eram tradicionais, face às características do trabalho rural, cujas áridas condições, em muitos momentos da história brasileira, impuseram verdadeiros êxodos, como o ocorrido na década de 50.

Uma das raízes desse movimento migratório também se fixou no próprio desenvolvimento econômico e no sistema industrial dele resultante. Os dados censitários

indicam seu destino aos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, pólos industriais do período.

Deve-se também recuperar, no quadro da migração, a presença de uma ideologia impulsionadora de tais fluxos que consistia na generalização da idéia de que a vida no Sul do país seria mais fácil. Anunciava-se a criação de certa mística de bem-aventurança cidadina, que também impulsionou a transferência de toda a família.

Na chegada, após a atribulada viagem, os migrantes pousaram suas bagagens repletas de crenças, valores, temores e esperanças imprimindo as marcas desse peso no espaço citadino, que os envolveu em seus limites, condicionando-os como trabalhadores das indústrias.

A instalação na periferia paulistana era, inclusive, muito semelhante àquela vivenciada no interior. As constantes reminiscências dos depoentes a respeito das matas, animais silvestres, fazendas, sítios, pastos de cavalos, vazios urbanos e casas pobres existentes na área, na década de 50, confirmam as características atestadoras dessa semelhança.

Esses migrantes promoveram a expansão do território paulistano. Como verdadeiros soldados sapadores, abriram trilhas para que eles, e os que viessem mais tarde, pudessem transitar pelas colinas onde se localizavam os loteamentos das vilas do sudeste paulistano.

Os trabalhadores sentiam no bolso que a habitação era o segundo item mais importante do seu orçamento, superado apenas pela alimentação. Na Vila Industrial da década de 50, no entanto, pelo fato de esses moradores terem de construir suas casas, invertia-se essa ordem. Tinham que se privar até do que era imprescindível para sobreviver.

Interessa lembrar que essa nova situação, apesar de atribulada, não os impelia a um retorno para o campo. Esses migrantes sabiam que voltar era inviável, face à situação em que se encontrava o mundo rural. (LOPES, 1975: 435)

Verificavam que suas possibilidades de sobrevivência, apesar de restritas, estavam garantidas pelos empregos nas fábricas instaladas em São Caetano e Santo André. Na "Vila Industrial", situada nos arredores dessas indústrias, podiam prescindir dos transportes coletivos que os levariam a eles. Por isso, instalavam-se nos lotes onde construiriam *suas* casas — aos poucos —, o que os livraria do ônus dos aluguéis e do fantasma do despejo.

A relativa estabilidade dos empregos nessas fábricas impulsionou esses trabalhadores a "darem um jeito" de construir suas casas e as vilas do sudeste paulistano para residir. Esse jeito foi a ajuda-mútua, que tão bem conheciam.

Nessa perspectiva, é que se observou, o processo de configuração da metrópole

paulista, em visível redimensionamento em todos os sentidos. Ampliou-se, sobretudo em direção ao sudeste, à proporção que acolheu as indústrias de substituição de importações, instaladas, na sua grande maioria, nos municípios vizinhos de São Caetano, Santo André e, mais tarde, São Bernardo.

A conurbanização entre essas cidades, devida às estreitas relações econômicas e sociais que estabeleceram, resultou no "conglomerado suburbano do sudeste paulistano" ocupado, principalmente, pelas vilas da periferia do distrito de Vila Prudente.

Essa periferia ficou com a fisionomia da desigualdade na partilha dos serviços públicos de infra-estrutura, de cultura e lazer, e consagrou-os dessa maneira. O *ajutório*, aí exercitado, figurou como uma excrescência no quadro do processo de modernização urbanística da capital e imprimiu a marca dos trabalhadores migrantes, como atributo da tipificação arquitetônica do "padrão periférico de crescimento urbano"⁵.

Desse modo, verifica-se que no período da experiência democrática do Brasil, a segunda fase da industrialização substitutiva que, ao promover um aumento da renda do trabalho urbano, também possibilitou pelas mãos desses trabalhadores a intensificação do processo de urbanização dessa metrópole.

O *ajutório* reproduziu-se nas construções familiares, na maioria das vezes, apenas para a cobertura da casa. Mas igualmente ressoava a certas práticas tradicionais do campo: a chamada dos companheiros, a participação feminina no preparo dos alimentos, as cantorias e brincadeiras, a coordenação dos trabalhos pelo proprietário da casa e a festa de confraternização, como coroamento das atividades.

Dessa maneira, tinham ajudado a consolidar a presença de mais uma família na vizinhança, com quem poderiam conviver e de quem poderiam tornar-se amigos. Tinham contribuído para a ocupação de um outro lote das vilas que, de imediato, se convertia em mais um apoio para dividir as atribuições no estabelecimento de suas famílias nesse território inóspito que precisava ser habitado para subsistir.

Como dizem os senhores Rubens e Osmar: *"Logo que desciam dos caminhões da mudança a gente já conhecia todo mundo. -"Era bom ter vizinhos, um ajudava o outro."*

Na verdade, era dessa maneira que estreitavam os laços de solidariedade. Conheciam as pessoas, com as quais interagiam antes e durante o período das edificações das suas moradias. Nesse processo, conseguiam demarcar mais um ponto de referência na Vila Industrial e, portanto, cunhavam sua própria expressão na feição do lugar. Por essa razão, não se restringiram a construir suas casas e as igrejas. Construíram as ruas, as escadarias nos

⁵ Expressão cunhada por Nabil Bonduki & Raquel Rolnik

morros, os tanques, os campinhos de futebol de várzea e a Sociedade Amigos de Vila Industrial.

Articulados, lutaram junto aos governos do município, da década de 50, em prol de pavimentação, luz, água e esgoto. Nem sempre concordaram entre si com as estratégias dessas lutas. Algumas vezes foram enganados, espoliados. Raras vezes saíram vitoriosos.

A autoconstrução, segundo os especialistas da Habitação Popular, tem-se constituído, no Brasil, em mais um dos elementos para a manutenção dos baixos salários recebidos pelos trabalhadores brasileiros, que se acomodam dentro de seus orçamentos e com as péssimas condições em que vivem. Essa acomodação, afiançam, serve aos interesses daqueles que desejam atenuar o conflito gerado pela contradição capital-trabalho.

O destaque dos papéis desempenhados pelo Estado e pela elite como agentes controladores dos movimentos sociais, restringindo a participação política dos trabalhadores, na década de 50, em todos os níveis, tampouco os justifica. Porém, já é domínio público que os períodos em que os salários estão deprimidos correspondem àqueles em que a repressão policial é mais forte.

Deve-se considerar a conjuntura político-ideológica do período. A experiência democrática do período foi vivenciada dentro dos limites impostos pela relação Sociedade ↔ Estado. Os fulgores da participação política não eram extensivos a todos os brasileiros, apenas às classes mais esclarecidas.

Como afiança Vinícius Caldeira Brant:

"Especialmente na década de 50 e início da de 60, multiplicaram-se os estudos das relações entre migração e participação social e política. A origem rural dos trabalhadores foi muitas vezes pesquisada em função das possíveis raízes culturais de um comportamento "tradicional" em meio urbano. A mobilidade social, com a mudança de condições de vida e de papéis sociais, foi interpretada como revolução individual que dispensaria os trabalhadores da participação em movimentos coletivos. A antecipação, no plano político, de regulamentações que não chegaram a ser objeto de reivindicação social poderia, por sua vez, ter tido o condão de amortecer seja a consciência seja a insatisfação dos trabalhadores. A marginalidade de vastos setores das populações urbanas seria, por outro lado, um fator impeditivo da canalização dos conflitos em condutos institucionais e organizativos formais."
(BRANDT, 1980:11-12);

Não se pode imputar ao auxílio uma das tais revoluções individuais, mencionadas pelo autor, e sim de um grupo: o dos moradores da “Vila Industrial” — *"bairro de pobres"*, como dizem.

O numeroso segmento dos marginalizados, citado pelo autor, poderia incluir esses moradores dessas vilas de sudeste que, certamente, devem ter contribuído com a *passividade* dos operários em relação aos *movimentos de classe*, ao constituírem práticas não-capitalistas de produção de moradias e viverem dentro dos seus apertados orçamentos, sem ter com quem reclamar.

Na “Vila Industrial” valorizava-se a interdependência dos indivíduos e o respeito à contribuição que cada um era capaz de dar para o bem comum, dentro dos seus limites. Com essa visão, eles se ajudaram mutuamente,— construíram as suas casas — e, converteram um vazio urbano, no bairro conhecido hoje como Vila Industrial.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, J & M. FERREIRA. (Coord) *Usos & abusos da história oral*. 3 ed.. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. *A arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre*. São Paulo: 34, 2002.

AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A.G. de. *Habitação e poder (Da FCP ao BNH)*. Rio de Janeiro: Zahar,1982.

BERQUÓ, ELZA. Arranjos familiares no Brasil. Uma visão demográfica. In: NOVAIS, A .Fernando (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (História da vida privada no Brasil, vol 4).

BLAY, E. (Org.). *A luta pelo espaço*, 2. ed. Petrópolis: Vozes,1978.

BOLLAFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia. (Org.) *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega,1982. (Col. Urbanismo, Vol 1.)

BONDUKI, N. G. Habitação Popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo. In: VALADARES, L. (Org.) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.1981.(Coleção Debates Urbanos, vol 3.)

_____. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP.1998.

_____. ROLNICK, R. *Periferia - ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: FAU-USP, 1979.

BRANT, V.C.; SINGER, Paul I. (Org) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

CAMPOS FILHO, C. M. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*. 2. ed. São Paulo: Nobel. 1992.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção pensamento crítico, vol 48)

CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

CHAUÍ., Marilena. Crítica e ideologia. In: _____. *Cultura e democracia*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1993. (Biblioteca da educação. série 6. Filosofia; v.2).

DIAS, M. L. *Desenvolvimento e habitação popular em São Paulo*. São Paulo: Nobel. 1990

ENGELS, F. *Contribuição ao problema da habitação*. In: _____. Textos, São Paulo: Edições Sociais. 1976. v. 2.

FERRO, Sérgio. *A casa popular*. São Paulo: Grêmio da FAU-USP. 1972.

LEMONS Carlos. Pesquisas sobre Habitação Popular- 1964-1965. São Paulo: FAU-USP, 1977.

LOPES, J R B. O mundo rural em crise. .In: FERNANDES, Florestan. (Org) *Comunidade e sociedade no Brasil*. Leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Nacional, 1975.

MARICATO, E. *A proletarização do espaço sob a grande indústria*. O caso de São Bernardo do Campo, na região da Grande São Paulo. Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 1977.

_____. A arquitetura possível. In: *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. _____. (Org) São Paulo: Alfa Ômega. 1982.

ORNSTEIN, Sheila. *Deficiências habitacionais na área urbana paulistana: causas, conseqüências e análise*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 1984.

PAMPLONA, Telmo Luiz. *O interior da casa proletária*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 1981.

ROLNIK, R. De como São Paulo virou a capital do capital. In: VALLADARES, L. (Org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar. 1981. (Coleção debates urbanos, v. 3)

._____. *Cada um no seu lugar!* (São Paulo - Início da industrialização: geografia do poder). Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 1981.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988.

VALADARES, L. P. Estudos recentes sobre habitação no Brasil. In: _____. (Org) *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VELHO, O. G. *A utopia urbana*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VÉRAS, M. P. B. *A vida em conjunto*: um estudo da política de habitação popular. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1980.

VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global 1986. (Série: sociedade & estado, v.16).

VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEBER, M. Conceito e Categorias da Cidade. Tradução Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, O. G. (Org) *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
